

**JOGOS ESCOLARES DE CARUARU: CONTRIBUIÇÃO E
INFLUÊNCIA DO GOVERNO DO EX-PREFEITO JOSÉ QUEIROZ
DE LIMA (2009 A 2016)**

JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS DE CARUARU DURANTE O
GOVERNO DE JOSÉ QUEIROZ

CARUARU SCHOOL GAMES: FORMER MAYOR JOSÉ QUEIROZ DE
LIMA GOVERNMENT'S (2009 A 2016) CONTRIBUTION AND
INFLUENCE

José Plínio da Silva Júnior

Maria Natália Pereira Alexandre

Washington Josafá Silva dos Santos

RESUMO: O esporte é um conteúdo recorrente nas aulas de Educação Física, podendo ser utilizado como uma ferramenta para a formação cidadã do estudante dentro do âmbito escolar. Para potencializar isso, as competições escolares são disputadas entre as instituições escolares que estão situadas dentro de um mesmo município, estado e/ou país (dependendo da competição que a escola está inscrita, ou fase em que está classificada), podendo essas competições contribuir na vida do estudante, criando nele um espírito de coletividade; aprendizado em meio a vitórias e derrotas; disciplina; e a manutenção da saúde; esta última promovida pela prática de esportes, independente da modalidade, sendo coletivo ou individual. Nessa perspectiva, esse presente artigo busca demonstrar como ocorreu a realização dos Jogos Escolares Municipais de Caruaru no mandato do ex-prefeito José Queiroz de Lima (2009 a 2016), a partir do Relatório Geral dos Jogos Escolares Municipais de Caruaru, disponibilizado para análise pela Secretaria de Educação do município de Caruaru. Os autores utilizaram a análise de conteúdo como uma forma adequada de pesquisar, organizar e apresentar somente os dados relevantes para a construção do trabalho - que foram encontrados no documento disponibilizado - para que os resultados obtidos pudessem ser discutidos de forma sucinta. Neste trabalho, foi possível observar alguns pontos importantes para a discussão, como a disparidade nos números de inscrições quando comparado por gênero; o baixo número de inscrições de alunos de escolas públicas em esportes mais elitizados, tendo como um dos fatores a falta de estrutura nas escolas públicas; os impactos causados pela criação e aplicação de políticas públicas sobre essa competição; e outros possíveis fatores que podem ter influenciado a realização da competição nas

escolas e as inscrições dos seus alunos-atletas nessa competição durante o período proposto para a pesquisa.

PALAVRAS CHAVE: Esporte escolar; Competição escolar; Governo municipal; Políticas Públicas.

ABSTRACT: Sport is a recurring subject in Physical Education classes, thereby being used as a tool to build student's citizenship within a school environment. To potencialize this, school competitions are disputed among school institutions which are located in the same city, state and/or country (dependending on where the competition the school is inserted, or on to which phase it is classificated), thus this competitions being able to contribute on the student's life, creating either a group spirit, or learning how to deal with victories and losses, discipline and maintaining health, which are promoted by sport's practices, regardless the modality, if they are group sports or individual ones. In that perspective, the present article seeks to demonstrate how the Caruaru Municipal School Games took place, during the time of office of former mayor José Queiroz de Lima (2009 a 2016), based on the General Report of the Caruaru Municipal School Games, provided for review by the Education Secretariat of Caruaru. The authors utilized the review content as a tool to organize, analyse and present only the relevant data to construction of this study, which were found in the provided documents, so the results could be discussed in a succinct way. This work discusses how possible influences, such as the lack of schools' infrastructures and the disparity of registration numbers when compared by gender, had an impact on the accomplishment of these games through the creation and implementation of public policies, which among other factors, could have had an influence on the registration of schools' athlete-students in the competitions during the studied period of time in the research.

KEYWORDS: School sport; School competitions; Local Government; Public Policies.

INTRODUÇÃO

Nos conteúdos apresentados nas aulas de Educação Física (EF) no próprio ambiente escolar, é possível encontrar a hegemonia do esporte, que pode ser facilmente representada nas competições realizadas entre os ciclos da educação básica – como os jogos interclasses, os jogos municipais e estaduais. Esse modelo vêm na tentativa de reproduzir, dentro da escola, o modelo de esporte de rendimento, que visa apenas a técnica e tática¹. Darido² afirma que apenas os alunos mais habilidosos participam ativamente das aulas de EF e das competições escolares, o que gera uma problemática no ensino da EF, visto que diante desses dois aspectos e das características de como o esporte se apresenta no meio educacional, o ensino da disciplina precisa proporcionar

questões fundamentais para a construção de um ser social, tratando de configurações pedagógicas e competitivas.

Sendo assim, o presente estudo preocupa-se em conhecer como ocorreram os Jogos Escolares Municipais de Caruaru (JEMC) no período de governo do ex-prefeito José Queiroz de Lima, de 2009 a 2016, a fim de identificar quais fatores foram abordados com êxito dentro dos jogos escolares e quais não atingiram o objetivo, compreendendo a importância cultural e política que os jogos têm para a população e para o patrimônio histórico da cidade.

Para alcançar tais objetivos, foram observados dois conceitos que classificam a presença do esporte inserido no âmbito escolar: o esporte da escola e o esporte na escola. O primeiro especula a construção de aspectos inclusivos, por isso não possui um foco nas habilidades técnicas dos alunos. A ideia central do esporte da escola é levar o conhecimento didático-pedagógico sobre determinada modalidade esportiva no âmbito escolar, propondo atividades que respeitem e que sejam compatíveis com o grau de desenvolvimento dos estudantes. Já o esporte na escola se apresenta como uma metodologia que visa o incentivo à competitividade e ao aprimoramento de técnicas de determinados alunos, apresentando assim uma perspectiva seletiva de ensino do esporte nas aulas de EF.

Dando embasamento ao conteúdo, foram realizadas buscas na plataforma Scielo, com a palavra-chave “jogos escolares” resultando um total de 63 pesquisas, sendo 49 realizadas no Brasil, estas apresentando conteúdos diferentes do desejado. Então, optou-se por “competições escolares”, assim foram encontrados 4 artigos, sendo 1 com a temática similar. Dentre as obras utilizadas para referenciar o artigo, alguns autores como Barbieri³, Reverdito, Scaglia, Silva, Gomes, Pesuto, Baccarelli², Arantes, Martins e Sarmiento⁴ e Silva, Borges e Amaral⁵, relatam questões sobre a correlação sociopolítica entre os jogos escolares.

Além disso, para análise dos Jogos Escolares Municipais de Caruaru (JEMC), no referido período, foram pesquisados documentos na Secretaria de Educação do Município de Caruaru que comprovasse a realização dos jogos escolares, a fim de identificar influências positivas e negativas que as ações de um governo podem proporcionar no desenvolvimento desses jogos. De maneira específica, foi analisado o Relatório Final dos JEMC; o quantitativo de modalidades individuais e coletivas que

foram proporcionadas; as escolas municipais, estaduais e privadas inscritas nas modalidades; e o percentual de estudantes que participaram da realização dos JEMC. Possuindo assim este artigo um viés informativo para a população e para os futuros pesquisadores da área.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho se constitui em um estudo descritivo, que segundo Cervo e Bervian⁶, busca analisar fatos, conhecendo e os correlacionando sem manipulá-los. Expondo assim ao leitor uma análise de como ocorrem as competições. Com isso, a pesquisa tem um caráter documental, onde “[...] levanta materiais que ainda não foram editados [...]” (p. s/n)⁷, fazendo com que a veracidade dos documentos sejam comprovadas, transmitindo a análise de maneira fidedigna.

A população escolhida está dentro dos JEMC, tendo como escolha de amostra as edições que foram realizadas durante o mandato do ex-prefeito José Queiroz. As competições que não possuem cunho municipal, englobando todas as escolas da cidade, estão excluídas da pesquisa.

A busca pelos documentos que comprovasse a realização dos JEMC aconteceram na Secretaria de Educação do próprio município. Foi constatado o documento do Relatório Final de 2011, contendo de forma detalhada como se deu a competição apenas no referido ano, sem qualquer registro de competições nos outros anos no mandato do ex-prefeito José Queiroz de Lima. A partir disso, foi observado a quantidade de escolas e modalidades ofertadas nos jogos e de alunos/atletas que participaram da competição. A análise foi feita de forma quali-quantitativa, que segundo Godoy⁸, o pesquisador busca quantificar os resultados e interpretá-los, assim como analisar os dados buscando compreender de que forma ocorreram os fatos durante esse período. Esse processo se faz necessário pois, além de descrever o conteúdo do Relatório Final, a pesquisa procura compartilhar com o leitor as influências que as políticas públicas resultaram perante o campeonato, fornecendo um olhar crítico sobre a importância da realização.

Por se tratar de uma pesquisa documental, que não envolve seres humanos, não se fez necessário a avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

BASES TEÓRICAS

JOGOS ESCOLARES DO NÍVEL MUNICIPAL AO NACIONAL

Na busca por referências que dessem embasamento à estrutura dos jogos escolares a nível municipal, através dos artigos do Ministério da Cidadania com a Secretaria Especial do Esporte, foi constatado que a estrutura contendo quantidade de modalidades, categorias e participantes, como também locais do evento, ficam sob critério de organização do governo municipal. Portanto, o formato da competição vai variar de acordo com cada cidade. Esse pensamento é retratado também de acordo com o artigo 4º do Regulamento Geral a nível nacional dos Jogos Escolares da Juventude (JEJ's)⁹, onde as etapas municipais são opcionais e devem ser organizadas através da gestão escolar ou por alguma federação da cidade, sendo selecionadas algumas equipes de alunos/atletas para representarem a escola e a cidade.

Os Jogos Escolares Municipais de Caruaru (JEMC) possuem um formato competitivo e categorizado. É considerada a maior competição do interior de Pernambuco, que segundo a prefeitura de Caruaru em 2018, a edição XVII contou com a participação de mais de 80 escolas situadas na cidade e com mais de 5.000 inscrições de atletas regularmente matriculados nas escolas.

Esse evento possui uma ferramenta pedagógica, na qual possibilita um ambiente saudável e favorável ao atleta, possibilitando que adquiram “[...] valor ético-moral [...], a socialização através do esporte [...], [...] o desenvolvimento físico saudável de mãos dadas com a formação moral. [...] Segundo Santin (p.261.)¹⁰, é um fato importante tendo em vista os benefícios do esporte, das atividades e exercícios físicos, que vão auxiliar e potencializar a saúde física e psicológica dos estudantes.

Já os jogos escolares a nível estadual se classificam e se estruturam de maneira mais específica, contendo a fase municipal, a regional - segundo o Regulamento dos Jogos Escolares de Pernambuco¹¹ é a etapa posterior e é representada pelas equipes que se destacarem em 1º lugar na etapa municipal - os classificados dos jogos regionais participam então dos Jogos Escolares de Pernambuco (JEP), que é de responsabilidade dos órgãos federativos do estado. Essa federação deverá reunir as equipes ou atletas em

competição para a fase estadual que, posteriormente, se classificam para a fase nacional, onde se encontram as melhores equipes de todas as regiões do Brasil.

Com isso, os Jogos Escolares da Juventude (JEJ), segundo o artigo 1º do Regulamento Geral⁹:

[...] têm por finalidade aumentar a participação de atividades esportivas em todas as instituições de ensino públicas e privadas do território nacional, e promover a ampla mobilização da juventude estudantil brasileira em torno do esporte. (p. 5).⁹

São esses tipos de competições esportivas de abrangência nacional que inclui jovens de 12 a 14 anos e de 15 a 17 anos (nas categorias infantil e juvenil), possuindo 14 modalidades, dentre elas: atletismo, badminton, basquete, ciclismo, futsal, ginástica rítmica, handebol, judô, natação, tênis de mesa, vôlei, vôlei de praia (apenas na categoria 15 a 17 anos), xadrez e Wrestling. Segundo Arantes, Martins e Sarmiento³, o Ministério da Educação (MEC) resolveu criar uma competição escolar de âmbito nacional para favorecer a integração nacional e descobrir talentos esportivos. Os jogos acontecem desde 1969. Inicialmente possuía o nome Jogos Estudantis Brasileiros (JEB's), que foi mudando a sua nomenclatura até sua forma atual, os JEJ's.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO ESPORTIVO

É preciso levar em consideração a necessidade de apoio e de desenvolvimento do esporte por parte do estado para garantir um cenário de ações e projetos, a fim de potencializar a demanda que os jogos municipais precisam. Mas, antes das políticas públicas serem um objetivo proporcionado pelo governo, o esporte brasileiro precisou demonstrar seu baixo rendimento, isso foi diagnosticado nos Jogos Olímpicos de Sydney - AU, no ano de 2000. De acordo com Darido¹², pode-se concluir que as políticas públicas passaram a ter mais visibilidade a partir desse ano, devido às críticas por parte da população e ao mau desempenho dos atletas brasileiros. Com isso, a população começou a questionar as formas de qualificar o esporte no país e isso fez com que o governo começasse a contribuir com o incentivo à prática esportiva, criando leis fiscais que apoiassem a estruturação do esporte dentro das escolas.

Referenciando as políticas públicas direcionadas para o esporte escolar, o governo (tendo um novo olhar para a Educação Física como um meio de alavancar o engajamento dos brasileiros com o esporte) junto com o Ministério dos Esportes e Turismo lançaram, entre outros programas, o “Esporte na Escola”, que de acordo com o site da Secretaria Especial do Esporte¹³, foi criado no ano de 2001 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e tinha como objetivo fornecer recursos que iriam potencializar a prática esportiva.

Dessa forma, os jovens passaram a ter um contato prematuro com os esportes, descobrindo suas habilidades com antecedência e podendo se preparar para competições que exigiam um alto nível de treinamento. A partir disso, foi possível analisar como os jogos escolares foram potencializados dentro das escolas, já que a competição - em um patamar esportivo de rendimento - pode ser o contato inicial que os estudantes vão ter para chegar às olimpíadas, caso queiram se qualificar na determinada modalidade e consequentemente alavancar o desempenho do Brasil com o ingresso dos jovens nos esportes olímpicos.

Outro projeto lançado no ano de 2003 foi o “Segundo Tempo”, que de acordo com as diretrizes do programa evidenciadas em 2014¹⁴:

[...] foi uma demanda do Ministério do Esporte destinada a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e regularmente matriculadas na rede pública de ensino. (p. 6).¹⁴

Nesse contexto, o objetivo da criação e aplicação dessas políticas públicas dentro das escolas, além de desenvolver questões transversais, como os valores sociais, é a melhoria na aptidão física dos envolvidos. Alavancando assim futuros talentos do esporte de forma precoce. Isso também possibilitou um maior acesso aos esportes por aqueles que não tinham condições financeiras para praticar a modalidade desejada, ou até mesmo para pagar o transporte diário. Dessa forma, o objetivo visa fazer com que os indivíduos tenham uma vida mais ativa e integrada ao esporte.

“ESPORTE DA ESCOLA” E “ESPORTE NA ESCOLA” EM UMA PERSPECTIVA ESPORTIVA

A obra de Soares, Ferreira, Moura, Bartholo, Silva¹⁵ nos mostra a existência do “esporte da escola” e do “esporte na escola” na implementação do esporte no âmbito escolar, onde ele analisa a forma como dois professores levavam o conteúdo esportivo para as aulas de Educação Física. Um dos professores tratava do conteúdo de uma forma em que suas aulas se transformavam em um treinamento esportivo, para que pudesse assim formar e selecionar atletas para compor as equipes para disputar as competições. Enquanto a outra professora tratava do conteúdo de uma forma em que ela se preocupava se o estudante estava compreendendo os conceitos e regras da modalidade escolhida para aula, não avaliando se o aluno desempenhava bem naquela prática, mas sim o seu entendimento sobre a mesma.

O que é possível observar nessas duas situações é a diferença entre o “esporte da escola” e o “esporte na escola”, na qual a primeira possui um caráter inclusivo e pedagógico, levando em consideração a construção do conhecimento do aluno sobre determinada modalidade esportiva no âmbito escolar, visando a necessidade do ensino do esporte para além dos aspectos físicos e técnicos, possuindo a finalidade de promover valores de sociabilidade e de "educação do corpo para o lazer"¹⁵.

Já a segunda, o “esporte na escola”, apesar de estar inserido dentro da escola, possui um viés competitivo. Santin¹⁰ afirma que o “esporte na escola” é aquele que é trazido de fora da escola, ou seja, é o esporte conduzido de forma a ser desenvolvido e praticado dentro da escola sem nenhuma adaptação para torná-lo pedagógico. Com isso “[...] o esporte na escola é aquele que é assumido, trazido de fora [...]” (p. 257)¹⁰. E esse é um dos principais problemas abordados pela literatura em relação à competitividade trazida pelos jogos na escola, pois na tentativa de reproduzir, no interior da escola, o modelo de esporte de rendimento, no qual se depara com uma série de fatores que não permite seu inteiro desenvolvimento, acaba se sustentando apenas como uma atividade esportivizada, com um fim em si mesmo⁴.

Esses aspectos que afirmam a necessidade de saber mediar as configurações entre “esporte da escola” e “esporte na escola”, identificam respectivamente quando o lado pedagógico precisa ser aprofundado na inclusão de todos os estudantes, assim “[...]”

a competição esportiva pode satisfazer as necessidades de atuação livre e total, bem como de autossuperação, que são tão importantes para os adolescentes.” (p. 205)¹⁶. Como também a importância que a experiência com o esporte em competições proporciona aos atletas, quando é trabalhado o desenvolvimento de um ser social e autônomo.

A partir disso, o “esporte da escola” possibilita um amplo acervo de ações pedagógicas, trabalhadas de formas específicas no estudante, como reflexão e criticidade em relação ao esporte. O “esporte na escola” também tem sua contribuição na formação dos estudantes, proporcionando experiências integradas ao treinamento físico, que também se apresenta benéfico para o desenvolvimento físico e desenvolvimento social, proporcionado pelo entrosamento com aspectos competitivos e baseados em regras.

RESULTADOS

Dentre os objetivos que norteiam as políticas públicas está o de garantir a asseveração ao esporte, como também à educação e cultura, como descreve o art. 59 do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 – lei nº 8069/90¹⁷, a fim de possibilitar o desenvolvimento social dos jovens. No entanto, a parte visível de todo o processo desenvolvido se apresenta num espaço social específico, ou seja, onde essas políticas públicas serão aplicadas, para que comportem disputas, relações, alianças e decisões estratégicas¹⁸. A partir disso, é demonstrado fisicamente o resultado das ações criadas para assegurar os direitos dos cidadãos como, por exemplo, a realização dos jogos escolares nos municípios.

Nessa perspectiva, as ações para o esporte presentes na realidade brasileira emitem metas tanto para o “esporte da escola”, como para o “esporte na escola”, por serem os dois viéses que qualificam o esporte educacional. Nesse contexto, o esporte educacional contribui na construção da formação cidadã do aluno-atleta. De acordo com Santin¹⁰, podem ser criados ambientes amigáveis e saudáveis, que mesmo em um ambiente de competição, o aluno-atleta pode levar ensinamentos para a sua vida. Sendo assim, as competições escolares, atendendo a uma perspectiva de caráter formativo, auxiliam na construção de valores sociais, como cooperação e respeito ao próximo. Com isso, pode-se observar de forma efetiva o desenvolvimento social abordado anteriormente.

Dentro das Políticas Públicas para o esporte educacional no município, segundo o art. 59º do Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁷, “os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer [...]”. (p. s/n)¹⁷.

Diante desse cenário, a cidade de Caruaru, no ano de 2011, foi contemplada com a realização dos Jogos Escolares Municipais de Caruaru (JEMC), envolvendo todos os níveis de ensinos e redes, como a rede estadual, municipal e privada, de escolas que se encontram situadas dentro do município. Foram disputadas várias modalidades em diversas categorias: pré-mirim A, B e C; mirim; infantil; e juvenil, nos gêneros feminino e masculino.

Sendo assim, esse trabalho trata-se de uma pesquisa de campo evidenciada através de uma análise documental que “[...] caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas [...]” (p. 6)¹⁹. Descrevendo assim os dados colhidos, ressaltando a necessidade de haver um documento que comprove a realização dessa competição e nas buscas por esses documentos na Secretaria de Educação de Caruaru, apenas o ano de 2011 foi documentado. Sendo assim, para formular os critérios que determinam os aspectos positivos e negativos dos JEMC foi atribuído a análise apenas o ano de 2011. Entendendo que o que determina a análise documental em si é a realização baseada na interpretação coerente, a temática proposta e a pergunta de pesquisa¹⁹. Com isso, a premissa da análise consiste em identificar que tipo de influência o mandato do ex-prefeito José Queiroz de Lima derivou a partir das políticas públicas que foram concretizadas no município, relacionada aos JEMC.

Para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, baseado em Bardin²⁰, dividindo esta análise de conteúdo em três etapas. Na pré-análise, o documento encontrado foi organizado para que fosse dividido em categorias e subcategorias de acordo com a temática do trabalho, para depois serem embasados em autores que falam sobre o tema. Após isso, deu-se início ao conhecimento do material adquirido na pesquisa, nesse momento foi separado os dados relevantes para a pesquisa, entendendo a relevância do mesmo para este artigo, para logo após começar o tratamento dos dados. Nesta etapa, os dados relevantes foram separados em tabelas, para melhor organização e entendimento dos dados adquiridos durante a pesquisa.

Os dados a seguir, relatados na Tabela 1, mostram o quantitativo de escolas participantes dos JEMC no ano de 2011, subcategorizadas pela rede de ensino de cada escola e seu percentual de presença. A fim de observar a abrangência que os jogos escolares obtiveram, relacionando de forma englobada todas as redes educacionais de ensino.

Tabela 1 - Categoria do Quantitativo Geral de Escolas (QGE) que participaram da edição XII dos JEMC em 2011, subcategorizadas por Rede de Ensino (RE) e total de escolas em casa rede e respectivo percentual de presença.

Categoria QGE	72 escolas			
RE	Rede Privada (zona urbana)	Rede Estadual (zona urbana)	Rede Municipal (zona urbana)	Rede Municipal (zona rural)
Total de escolas	31 escolas	18 escolas	17 escolas	6 escolas
Percentual de presença	43%	25%	23,6%	8,4%

Fonte: A pesquisa, (2020).

A tabela acima mostra o quantitativo de escolas que se inscreveram e disponibilizaram seus atletas para a realização dos Jogos Escolares Municipais de Caruaru (JEMC). Com isso, o município de Caruaru alcançou no referido ano um total de 72 escolas inscritas. A participação da rede municipal de ensino com as escolas da zona urbana, que disponibilizaram um total de 17 escolas, com porcentagem de 23,6% da participação geral e na zona rural com 6 escolas, com 8,3%, como também a rede estadual com 18 escolas, somando 25% de participação, e privada com 31 escolas, quantificando a maior porcentagem de presença na competição com 43%. Dessa forma, todas as escolas unidas para promover a competição sem discriminação entre as redes de ensino. É preciso ressaltar que no município de Caruaru não há escolas da rede

estadual de ensino na zona rural. No relatório final analisado também não foi encontrado nenhuma escola da rede privada na zona rural.

A seguir, a Tabela 2 torna público o quantitativo de Esportes Coletivos evidenciados nos JEMC, como também a quantidade de equipes presentes em cada modalidade, além do percentual de presença existente em cada rede de ensino.

Tabela 2 – Categoria de Esportes Coletivos (EC), contendo as modalidades dos JEMC, sub categorizada pela quantidade de equipes inscritas por rede de ensino em cada modalidade e seu percentual

Categoria EC	5 modalidades de esportes coletivos					
	Rede Privada (zona urbana)		Rede Municipal (zona rural e urbana)		Rede Estadual (zona urbana)	
Basquetebol	37	80,4%	06	13%	03	6,5%
Futebol de Campo	05	12%	26	62%	11	26%
Futsal	108	50%	70	32,4%	38	17,5%
Handebol	23	52,2%	17	38,6%	04	9%
Voleibol	33	53,2%	14	22,5%	15	24%
Total de	410 equipes inscritas					

Fonte: A pesquisa, (2020).

Os esportes coletivos obtiveram a quantia total de quatrocentos e dez (410) equipes inscritas na edição do JEMC. Dentre as modalidades se encontram: basquetebol obtendo um percentual superior de 80,4% na rede privada de ensino; futebol de campo com percentual de 62% na rede municipal (zona rural e urbana); e futsal, handebol e voleibol, com percentual equivalente e superior a 50%, predominando a presença na rede privada de ensino; Para Nazareth²¹, os esportes coletivos levam os seus praticantes a se juntarem aos seu companheiros de equipes - em uma condução coletiva -, a fim de

atingirem uma meta e ao mesmo tempo em que se tenta impedir que a equipe adversária alcance esse objetivo. Assim, os atletas trabalham em equipe, onde todos terão responsabilidade dentro da competição, tornando o jogo mais dinâmico, induzindo os atletas a desempenharem sua capacidade máxima, tanto para cumprir aquilo que ele está designado a fazer, quanto para ajudar o seu companheiro de equipe.

Nos JEMC do ano de 2011, também foram ofertados esportes individuais, evidenciados na Tabela 3, tais como: atletismo, judô, karatê, natação, tênis de mesa, vôlei de praia e xadrez.

Assim como nos esportes coletivos, certas modalidades se destacaram no que se refere ao número de inscrições de atletas. A seguir, serão demonstrados os resultados encontrados no que se diz respeito às inscrições em esportes individuais, separados por modalidade e rede de ensino.

Tabela 3 – Categoria de Esportes Individuais (EI), contendo as modalidades dos JEMC, sub categorizadas pela quantidade de atletas inscritos por rede de ensino em cada modalidade e seu percentual

Categoria EI	7 modalidades de esportes individuais					
Subcategoria	Rede Privada (zona urbana)		Rede Municipal (zona rural e urbana)		Rede Estadual (zona urbana)	
Atletismo	13	3%	348	84,4%	51	12,3%
Judô	167	59,6%	90	32%	23	8%
Karatê	57	73%	18	23%	03	4%
Natação	364	90%	36	9%	02	1%
Tênis de Mesa	260	89,6%	28	9,6%	02	0,6%
Vôlei de Praia	18	60%	02	6,6%	10	33,3%
Xadrez	103	73%	31	22%	07	5%

Total**1633 atletas**

Fonte: A pesquisa, (2020).

Na tabela acima, pode ser observado o quantitativo de inscrições em modalidades individuais, das quais foram destacadas o atletismo - obtendo o percentual de presença na competição de 84,4%, representando a rede municipal de ensino; já o judô, o karatê, a natação, o tênis de mesa, o vôlei de praia e o xadrez, tiveram um percentual predominante na rede privada de ensino, com presença superior a 59% em todas as modalidades destacadas anteriormente. Em esportes que necessitam de equipamentos específicos para a prática, a rede particular totalizou um maior número de inscrições, isso ocorre pois em alguns esportes "[...] apresentam como característica marcante, o alto custo para a sua prática. [...]" (p. 272)²², fazendo assim com que isso dificulte a prática dessas modalidades nas escolas públicas, que não possuem estrutura para possibilitar esses esportes. Além disso, os estudantes/atletas são predominantemente de uma classe econômica menos favorecida e não possuem outro vínculo para vivenciar a modalidade fora do âmbito educacional.

Analisando o documento disponibilizado pela Secretaria de Educação de Caruaru, é possível observar na Tabela 4 o número de inscrições por gênero e por esportes individuais e coletivos, possibilitando aos autores a oportunidade de perceber possíveis diferenças no número de inscrições nesta categoria.

Tabela 4 - Categoria do quantitativo Total de Atletas (TA) inscritos nos JEMC, separada pela subcategoria quantitativo de equipes nas Modalidades Coletivas (MC) e atletas nas Modalidades Individuais (MI), separadas por rede de ensino e gênero masculino (M) e feminino (F) respectivamente, bem como seu percentual

Categoria TA	3292 atletas	2066 atletas	1103 atletas
Subcategoria	Rede Privada (zona urbana)	Rede Municipal (zona rural e urbana)	Rede Estadual (zona urbana)

Total de equipes das MC	M	F	M	F	M	F
	135 equipes	71 equipes	92 equipes	41 equipes	47 equipes	24 equipes
	65,5%	34,5%	69%	31%	66%	34%
Total de atletas das MI	650 atletas	332 atletas	357 atletas	201 atletas	76 atletas	22 atletas
	66%	33%	64%	36%	77,5%	22,4%

Fonte: A pesquisa, (2020).

Nas tabelas acima é possível observar a quantidade total de alunos-atletas inscritos no JEMC, como também o quantitativo de equipes organizadas por rede de ensino e, também, os gêneros masculino e feminino que participaram do campeonato. A primeira observação notável é a superioridade numérica do gênero masculino, em que nenhum percentual de equipes, ou atletas de caráter feminino, conseguiu ter mais de 36% de presença na competição. Isso pode caracterizar um fator intimidador que se apresenta e perpassa de forma cultural no meio esportivo para o sexo feminino. É fundamental dentro do esporte educacional reforçar estímulos que erradique essa discriminação, a fim de aplicar efetivamente o direito ao esporte para todos, independente de gênero.

DISCUSSÃO

Faz necessário apontar a não disponibilidade de outros documentos que comprovariam a realização dos Jogos Escolares Municipais de Caruaru (JEMC), eles foram solicitados à Secretaria de Educação de Caruaru - PE (SEDUC), mas de oito (8) documentos referentes aos anos de 2009 a 2016, que foram os anos do mandato do

ex-prefeito José Queiroz de Lima, apenas o Relatório Final do ano de 2011 foi liberado para fazer a análise. A SEDUC informou não ter outros documentos referentes aos jogos escolares, o que classificamos como uma falha, pois esse material além de comprovar a realização dos jogos, também pode ser categorizado como patrimônio material da cidade. Ressaltando ainda o Decreto de Lei nº 2.848 do Código Penal²³:

Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa, se o documento é público, e reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é particular (p. s/n)²³.

Além disso, algumas falhas foram encontradas na análise do documento. Os resultados de alguns pontos descritos no Relatório Final de 2011 deixam a desejar perante a sua responsabilidade de informação, onde algumas tabelas não possuem uma descrição tão explícita, causando dúvidas sobre o que realmente trata determinados quantitativos de atletas, por exemplo. Nesse contexto, iremos tratar a discussão relatando a análise das questões de forma geral. Como demonstrado no exemplo abaixo (Figura 1), os dados se apresentam de forma confusa para entender o quantitativo total de inscrições.

FIGURA 1- Demonstração da tabela presente no documento supracitado



PREFEITURA DE CARUARÚ
CONSTRUINDO UMA VIDA MELHOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, JUVENTUDE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Diretoria de Esportes
Gerência de Esporte Educacional

XII JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS DE CARUARÚ – JEMC/2011
TOTALIZAÇÃO DA REDE ESTADUAL

EDUCANDÁRIO	VOLEIBOL	BASQUETEBO	FUTEBOL	FUTSAL	HANDEBOL	NATAÇÃO	ATLETISMO	JUDÔ	KARATÊ	TÊNIS DE MESA	VOLEIBOL DE PRAIA	XADREZ	MASCULINO	FEMININO	RESULTADO	COLOCAÇÃO
CENTRO DE REABILITAÇÃO ED. ESPECIAL (ROTARY)	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	16º
ESCOLA ESTADUAL JOSÉ BIONE	000	000	017	000	000	000	007	000	000	000	000	000	007	017	024	8º
ESCOLA ESTADUAL ADÉLIA LEAL	000	000	000	002	000	000	000	000	012	000	000	000	012	002	014	9º
ESCOLA ESTADUAL DOM MIGUEL	000	000	000	000	000	000	000	000	003	000	000	000	003	000	003	15º
ESCOLA ESTADUAL DOM VITAL	000	000	000	008	000	000	000	000	006	000	000	000	014	000	014	9º
ESCOLA ESTADUAL DUQUE DE CAXIAS	004	000	006	002	000	000	000	000	000	000	000	000	006	006	012	11º
ESCOLA ESTADUAL ELISETE LOPES	000	000	000	010	000	000	000	000	000	000	000	000	010	000	000	13º
ESCOLA ESTADUAL GUARARAPES	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	16º
ESCOLA ESTADUAL IRMÃ SÔNIA	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	16º
ESCOLA ESTADUAL JESUÍNA	000	000	000	008	022	000	000	000	011	000	000	000	013	028	041	3º

FONTE: Relatório final JEMC 2011, 2011.

De forma mais específica, notou-se que houve uma grande busca pelos esportes coletivos. Esse fato é justificado pela facilidade de acesso, visto que as escolas da rede municipal - em sua maioria - não oferecem uma estrutura adequada para proporcionar ferramentas para a maioria das práticas de esportes individuais, por exemplo: a natação, ou tênis de mesa; ambos requerem um custo financeiro mais alto para serem praticados. Vale constatar que essas modalidades tiveram um número baixo de inscritos, se tratando de instituições públicas, o que faz com que as escolas que não têm essa estrutura, fiquem em desvantagem nos JEMC. Essa pauta carrega uma demanda de vieses voltados à desigualdade de classe tanto no município como no país, se formos caracterizar os modelos de infraestrutura das escolas públicas brasileiras.

Ressaltando o perfil pouco favorável existente nas escolas de zona rural, Soares, Razo e Fariña (p. 67)²⁴ vão apontar em suas pesquisas que “As escolas, nas quais estudam as crianças da área rural, estão muito pior equipadas e contam com professores menos treinados que as escolas nas quais estudam as crianças urbanas”, isso explica a pouca participação derivada de uma infraestrutura escassa, conseqüentemente pouco estímulo e desenvolvimento de atividades extracurriculares como os JEMC, justificando a precariedade da participação em todas as modalidades ofertadas.

Outro viés que também traz o estudo para desigualdade existente na rede pública no geral acontece ao observar a modalidade de natação, pois como citado anteriormente, foi uma das modalidades que apresentaram o menor número de inscritos na competição, constatando que é necessário uma piscina incluída na estrutura da escola para fornecer o mínimo de possibilidades, para assim o estudante ter capacidade de se inscrever nesse esporte, sem contar que se faz necessário um treinador/a de natação adequado, além de ferramentas para segurança do atleta. Vale salientar que de todas as 17 escolas municipais da zona urbana e as 6 da zona rural inscritas nos JEMC, apenas uma possui uma piscina e equipamentos adequados para a prática da natação, que por “coincidência” encontrasse em um bairro de classe média-alta na cidade de Caruaru-PE.

Andreani, Moraes, Cavalieri e Ferreira²⁵ destacam a tradição adquirida culturalmente no âmbito educacional, potencializando a oferta de esportes coletivos,

fazendo com que a popularização de certas modalidades excedam para além das aulas de Educação Física, um exemplo são as equipes de futsal com o quantitativo mais acentuado das inscrições feitas nos esportes coletivos.

De acordo com Andreani, Moraes, Cavalieri e Ferreira (p. 191)²⁵ “A hegemonia do futsal ocorre talvez pelo fato de ser uma prática semelhante ao futebol, muito representada nos meios midiáticos, causando difusão dos interesses de sua prática nos grupos sociais [...]”. Essa afirmação mostra a necessidade da difusão das modalidades esportivas, como também o apoio por parte dos órgãos responsáveis para o incentivo à prática de outras modalidades, possibilitando aos alunos o acesso a outros esportes menos populares.

No que se diz respeito à estrutura para a prática de determinados esportes individuais, para o atletismo - diferente de outras modalidades individuais ofertadas nos JEMC no ano de 2011 - não se faz necessário o uso de equipamentos e/ou espaços adequados para o treinamento dessa modalidade. Segundo Pedrosa, Pinto, De Paula e Silva (p. s/n)²⁶, “O atletismo pode ser desenvolvido através da criatividade e improvisação [...]”, isso torna o esporte mais acessível para as escolas que não tem uma infraestrutura que abarque e potencialize todos os esportes que aparecem na competição. Com isso, se faz necessário o apoio dos órgãos governamentais para investir na criação de políticas públicas que apoiem o incentivo a esses esportes que não são ofertados por falta de estrutura ou de equipamentos nas escolas. Esse apoio teria como consequência o contato dos alunos com outras modalidades, podendo assim aumentar a participação das escolas públicas (rede municipal e rede estadual) em modalidades que a rede particular ocupa o maior número de inscrições.

Outra característica observada em todos os vieses dos JEMC, foi a desigualdade no quantitativo de mulheres inscritas nas modalidades esportivas. Esse fator ainda se apresenta de forma bastante explícita e isso acarreta desde a construção histórica, advinda do período colonial, em que Costa e Abreu²⁷ apontam a maneira que o patriarcado ainda atribui à mulher um papel coadjuvante em um contexto sociopolítico.

Com isso, outros contextos, assim como o esportivo, também transmitem essa inibição na prática voltada ao gênero feminino, justificando, assim, a desmotivação e queda nos números de inscrições do público feminino em diversas competições. Segundo Faria Júnior²⁸ a ausência de oportunidade de praticar o esporte dentro das

escolas, remete por vezes aos professores de Educação Física que apresentam algumas modalidades como “coisa de menino” e outras atividades como “coisa de menina”. Mesmo as mulheres conquistando gradativamente seu espaço na atualidade, tendo mais visibilidade e direitos garantidos, é papel do governo e da escola trabalhar o estímulo de políticas públicas que potencializam o papel da mulher no esporte, como ter a responsabilidade de aplicar essas ações dentro do âmbito escolar, nas aulas de Educação Física, como também na interação com as competições escolares, buscando oportunizar a visibilidade e direito ao esporte para todos e todas²⁹.

Uma característica positiva nessa competição foi o abrangente número de escolas inscritas nos jogos escolares, que apesar de terem uma denominação municipal, comportam no ano de 2011 todas as redes de ensino, sendo elas, municipais da zona rural e urbana, como também estaduais da zona urbana, não apresentando zona rural por não existirem na cidade. Também consta a rede privada urbana de ensino, onde não foi citada a existência de escolas privadas da zona rural no referido documento. Essa iniciativa foi bastante pertinente devido a unificação que foi estabelecida entre as escolas, a fim de proporcionar aos estudantes da cidade de Caruaru o direito ao esporte sem discriminar, nem excluir nenhum aluno/atleta, questão assegurada pela lei nº 9.615 no 2º artigo, que cita em seus princípios a “democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação” (p. s/n)³⁰. Direitos assegurados também pelas escolas que reforçaram essa questão, proporcionando a oportunidade dos alunos/atletas vivenciarem de forma qualificada a experiência de uma competição com toda a cidade.

Por fim, foram observados, de maneira geral, alguns fatores que descreveram como os JEMC ocorreram no mandato do ex-prefeito José Queiroz de Lima, no referido ano de 2011. Foi possível verificar que os pontos positivos que influenciam a realização dos jogos escolares tiveram uma influência mais evidenciada pelas ações do governo federal do que municipal, em relação às políticas públicas que asseguram o direito ao esporte. Referenciando a organização do evento, que é dever do município, o governo acaba influenciando de maneira negativa, inicialmente por não se responsabilizar com documentos históricos no município que comprovem a realização. Como, também, por não estar tão presente e não conhecer a cultura da cidade, acaba deixando de observar e erradicar políticas públicas no município, questões que são estimuladas culturalmente

como a popularização exacerbada de esportes coletivos e o sexismo no esporte que precisam de uma atenção mais abrangente.

CONCLUSÃO

Ao investigar o decorrer dos JEMC referente ao mandato do ex-prefeito José Queiroz de Lima em Caruaru-PE no ano de 2009 a 2016, foi possível observar que, durante os dois mandatos citados, apenas a edição de 2011 pôde ser comprovada através de documentos da Secretaria de Educação de Caruaru, enquanto os outros sete anos não existia registro algum que comprovasse a realização. Nota-se então a negligência da equipe governamental no que diz respeito aos JEMC, enquanto patrimônio histórico da cidade, tendo em vista a importância desse evento em abrangentes vieses que possibilitam desenvolvimento cultural, econômico e social, além de propiciar aos envolvidos um ambiente pedagógico, por ter uma ligação direta com o âmbito escolar, e suas ferramentas transversais.

Com isso, foi possível observar que na edição que contém o documento de comprovação, a desigualdade na democratização ao acesso à modalidades esportivas, principalmente individuais, como o tênis de mesa, natação e judô, o número de atletas inscritos pelas escolas privadas é consideravelmente maior que o número de atletas inscritos pelas escolas públicas. Dando importância a isso, as condições de ensino entre escolas privadas e públicas são totalmente diferentes, levando em consideração a estrutura e condição financeira de ambas as realidades.

Outra perspectiva abordada foi o quantitativo de atletas do gênero masculino notadamente maior em comparação ao feminino, sendo notório a existente evasão do público feminino do esporte pela discriminação estrutural advinda da sociedade patriarcal, que tende a afetar diversas estruturas da sociedade, dentre essas o esporte e o âmbito escolar e, conseqüentemente, as competições esportivas escolares. Sendo assim, cabe não só a escola e ao professor de EF buscar formas de combater tais discriminações, mas também ao governo, tanto de instâncias municipais, como federais, a partir do desenvolvimento e aplicação de políticas públicas específicas e integrativas nessa área, potencializando a participação do público feminino nessas demandas.

Levando em consideração a importância da realização dos JEMC para o desenvolvimento de crianças e adolescentes no âmbito escolar, como forma de incentivar a prática esportiva e oportunizar tais práticas aos jovens que não possuem condições de obter essa prática fora da escola, nota-se que o governo em pesquisa não obteve resultados positivos de integração, sociabilização e de cultura esportiva, devido a falta de comprovação da realização e participação dos estudantes caruaruenses.

REFERÊNCIAS

- ¹ Reverdito RS, Scaglia AJ, Silva SPD, Gomes TMR, Pesuto CL, Baccarelli W. Competições escolares: reflexão e ação em pedagogia do esporte para fazer a diferença na escola. *Pensar A Prática* [internet]. 2008 mar 03 [citado em 05 mar 2020]; 11(1): 37-45. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/1207/3617>.
- ² Darido SC. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. *Rev. bras. Educ. Fís. Esp.* [internet]. 01 mar 2004 [citado em 18 abr 2020]; 18(1): 61-80. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16551/18264>.
- ³ Barbieri CA. Algumas considerações para a realização dos Jogos do Esporte Educacional. *Movimento* [internet]. 1999 [citado em 05 mar 2020]; 5(11): 22-32. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2481/1131>.
- ⁴ Arantes A, Martins F, Sarmiento P. Jogos Escolares Brasileiros: reconstrução histórica. *Motricidade* [internet]. 01 jun 2012 [citado em 04 mar 2020]; 8(S2): 916-924. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273023568116>.
- ⁵ Silva DS, Borges CNF, Amaral SCF. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. São Paulo: *Rev Brasi de Educ Fís Esporte* [internet]. 01 mar 2015 [citado em 05 mar 2020]; 29(1): 65-79. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-55092015000100065>.
- ⁶ Cervo AL, Bervian PA. *Metodologia Científica*. 3 ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1983. 156 p.
- ⁷ Chechinel A, Fontana SAP, Giustina KPD, Pereira AS, Prado SSd. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. *PPGE – Unesc* [internet]. jun 2016 [citado em 05 mai 2020]; 5(1): [S.I] Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/download/2446/2324>.

⁸ Godoy AS. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. Revista de Administração de Empresas [internet]. abr 1995 [citado em 09 abr 2020]; 35(2): 57-63. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>.

⁹ COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. GRUPO GLOBO. Regulamento Geral Jogos Escolares da Juventude 2019 Comitê Olímpico Brasileiro. [internet]. 2019. 52p. [citado em 09 jun 2020]. Disponível em: https://www.cob.org.br/public/uploads/documentos/20190711100632reg_geral.pdf.

¹⁰ Santin S. Esporte Educacional: esporte na escola e esporte da escola. XXVI Simpósio Nacional de Educação Física; 17-20 ago 2007; Escola Superior de Educação Física - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas RS, 2007. p. 254-265

¹¹ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES. Jogos Escolares de Pernambuco – JEP Regulamento Geral 2014. Pernambuco: Secretaria de Educação de Pernambuco [internet]. 2014 [citado em 09 jun 2020]. Disponível em: https://docplayer.com.br/6004490-Jogos-escolares-de-pernambuco-jep-regulamento-geral.html#show_full_text.

¹² Darido SC. As Olimpíadas de Sydney, o Desempenho do Brasil e Algumas Implicações Pedagógicas. Motriz [internet]. 04 dez 2000 [citado em 09 abr 2020]; 6(2): 101-105 Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/06n2/Darido.pdf>.

¹³ SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE. Programa Esporte na Escola passa para nova fase. In: MINISTÉRIO DO ESPORTE. Secretaria Nacional do Esporte, Educação Lazer e Inclusão Social [internet]. 2001 [citado em 09 jun 2020]. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-listanoticias/43611-programa-esporte-na-escola-passa-para-nova-fase#rodape>.

¹⁴ MINISTÉRIO DO ESPORTE. Programa Segundo Tempo: Diretrizes 2014. Secretaria Nacional do Esporte, Educação Lazer e Inclusão Social [internet], 2014 [citado em 09 jun 2020]. Disponível em: <http://aprece.org.br/wpcontent/uploads/2015/11/diretrizesPSTPadrao2014.pdf>.

¹⁵ Soares AJG, Ferreira AC, Moura DL, Bartholo TL, Silva MC. Tempo e espaço para educação corporal no cotidiano de uma escola pública. Movimento [internet]. 01 out 2010 [citado em 19 abr 2020]; 16(1): 71-96. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/download/3027/7517>.

¹⁶ Reverdito RS, Scaglia AJ, Montagner PC. (orgs.). Pedagogia do Esporte: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados. São Paulo, SP: Phorte, 2013. Capítulo 7,

Pedagogia Da Competição: Teoria E Proposta De Sistematização Nas Escolas De Esportes p. 193-216.

¹⁷ Brasil. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. [internet] 1990 [citado em 11 abr 2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266.

¹⁸ Starepravo FA, Marchi W Jr. (Re) pensando as políticas públicas de esporte e lazer: a sociogênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no brasil: a sociogênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. Rev Bras Ciênc Esporte [internet]. mar 2016 [citado em 05 mar 2020]; 38(1): 42-49. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v38n1/0101-3289-rbce-38-01-0042.pdf>.

¹⁹ Sá-Silva JR, Almeida CD, Guindani JF. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Rio Grande: Rev. Bras. de História & Ciências Sociais [internet]. jun 2009 [citado em 05 mar 2020]; 1(1): 1-15. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf#>.

²⁰ Bardin L. Análise do Conteúdo. 1 ed. São Paulo: 2011. 280 p.

²¹ Nazareth EF. Ação e experiência nos esportes coletivos. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais [internet]. fev 2015 [citado em 09 mar 2020]; 30(87): 59-87. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n87/0102-6909-rbcsoc-30-87-0059.pdf>.

²² Silva SM, Knuth AG, Del Duca GF, et al. Prevalência E Fatores Associados À Prática De Esportes Individuais E Coletivos Em Adolescentes Pertencentes A Uma Coorte De Nascimentos. Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte [internet]. 01 set 2009 [citado em 15 abr 2020]; 23(3): 263-274. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbefe/v23n3/v23n3a07.pdf>.

²³ BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1940.

²⁴ Soares S, Razo R, Fariña M. Perfil estatístico da educação rural: origem socioeconômica desfavorecida, insumos escolares deficientes e resultados inaceitáveis. In: BOF, Alvana Maria (Org.). A educação no Brasil rural. [internet]. Brasília: Inep/MEC, 2006 [citado em 08 mar 2020]. p. 47-68. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/A+educa%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil+rural/6f20b4f1-a40e-4d78-baea-a1f63f191041?version=1.3>.

²⁵ Andreani A, Moraes AG, Cavalieri BC, Ferreira LA. Os esportes coletivos na escola: reflexões sobre as atividades curriculares desportivas. R. bras. Ci. e Mov [internet]. set

2019 [citado em 12 abr 2020]; 27(3): 186-199. Disponível em:
<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/9551>.

²⁶ Pedrosa OP, Pinho ST, De Paula AR, Silva AC. A prática de atletismo nas aulas de educação física nas escolas de ensino fundamental no município de porto velho. Democracia e direito à educação pública, gratuita e qualificada. IX Seminário Nacional Educa: Democracia E Direito À Educação Pública, Gratuita E Qualificada. 28-30 ago 2019; Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho RO, 2019. p.[S.I].

²⁷ Costa YL, Abreu RO. Mulher E Futebol: Desigualdade de Gênero e a Influência da Midiática. Congresso Nacional De Historia. 27-29 set 2016; UFG – Regional Jataí, Jataí GO, 2016. p. 1-16

²⁸ Faria AG Jr. Futebol, questões de gênero e co-educação: algumas considerações didáticas sob enfoque multicultural. Campinas, SP: Editora Papirus, 1995.

²⁹ Werle V. Políticas Públicas de Esporte e Lazer na perspectiva do gênero. Congresso Internacional De Ciências Do Esporte (CONICE).02-09 ago 2013; Brasília DF. 2013.

³⁰ BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1998.